

Informe FUP

08.10.2008 Campanha Salarial – Soberania e Valorização do Trabalhador

Em nova rodada de negociação com a FUP, Petrobrás apresenta proposta sem avanços significativos em relação ao que já foi rejeitado pela categoria

A FUP e seus sindicatos retomaram nesta quarta-feira, 08, as negociações da campanha salarial, cobrando da Petrobrás uma nova proposta que contemple as reivindicações da categoria. Os petroleiros rejeitaram em assembléias a proposta apresentada pela empresa no dia 17 de setembro, ao final da primeira rodada de negociação. A Petrobrás, no entanto, apresentou o que considera uma nova proposta, mas que no entendimento da FUP e dos sindicatos é trocar seis por meia dúzia: eleva de 1,5% para 2,5% o reajuste da RMNR, mantendo 6,17% sobre a tabela salarial. A Federação deixou claro que a proposta não contempla a categoria e cobrou uma nova rodada de negociação na sexta-feira, 10, para que a empresa avance.

SMS - a FUP iniciou a reunião, propondo um minuto de silêncio em memória dos trabalhadores mortos no acidente ocorrido no Campo de Furado, em Alagoas, no dia 23 de setembro. Após a homenagem, a FUP ressaltou a necessidade da Petrobrás se pautar por uma política de valorização da vida e saúde do trabalhador. A Federação destacou que a empresa não pode esquecer ou tampouco tratar os trabalhadores mortos e mutilados em acidentes como meras estatísticas, que serão engavetas. O pouco caso com que a empresa tem tratado esta questão ficou evidenciado no próprio dia do acidente em Alagoas, quando gerentes e supervisores comemoravam com música e aperitivos o encerramento de um evento na Universidade Corporativa, à revelia da dor dos familiares e companheiros de trabalho dos quatro petroleiros carbonizados.

A Gerência de RH informou que as questões de SMS são prioridade da companhia e que cada acidente que ocorre na empresa abala todo o corpo de funcionários. A FUP ressaltou que na prática não é esse o comportamento, nem o entendimento dos gestores em relação à segurança e saúde dos trabalhadores. O acidente do dia 23, assim como tantos outros, poderia ter sido evitado, não fosse a decisão gerencial da empresa de manter a produção a qualquer custo. Resultado: colocou em risco toda a força de trabalho e acabou levando à morte mais quatro trabalhadores. A Federação cobrou novamente mudanças na política de SMS e uma reunião específica para tratar de forma ampla e propositiva esta questão, enfatizando que a Petrobrás tem condições de controlar os riscos, implementando uma política de segurança com foco na prevenção e na recomposição dos efetivos próprios.

Proposta econômica é mais do mesmo - quanto à negociação salarial, a Petrobrás apresentou uma proposta de reajuste, que pouco altera a que foi apresentada anteriormente pela empresa e que já foi massivamente rejeitada pela categoria. A “nova” proposta da Petrobrás mantém os 6,17% de reposição na tabela salarial e eleva de 1,5% para 2,5% o reajuste da RMNR (que totalizaria 8,82%), aumentando para 8,82% o reajuste da tabela de custeio do Grande Risco da AMS, do auxílio almoço (passaria para R\$ 441,94) e da Gratificação de Campo Terrestre de Produção (reajustada para R\$ 495,42).

A empresa mantém os demais itens da proposta anterior, inclusive o pagamento de um abono referente a 80% de uma RMNR, descontando o adiantamento feito durante o acordo da PLR (40% da Remuneração Mínima ou R\$ 1,5 mil, o que foi maior). A FUP voltou a ressaltar que esta proposta cria distorções sérias na categoria, pois trabalhadores que ganham até R\$ 1.900,00 não receberiam nada. Além disso, o ganho real proposto está muito aquém do que é reivindicado pelos petroleiros e do próprio potencial da Petrobrás, que tem plenas condições de atender os 5% cobrados pela categoria. A empresa também continua sem considerar o sub-item do ICV Alimentação Fora de Casa (12,87%), reivindicado para reajustar o Auxílio Almoço, que tem um impacto grande para os trabalhadores do Administrativo.

A FUP deixou claro que não aceitará que a Petrobrás se utilize de argumentos, como a crise financeira de Wall Street, para tentar penalizar os trabalhadores com uma proposta econômica pífia, que está muito aquém dos resultados da empresa construídos dia a dia pela categoria. A Federação ressaltou que a empresa, além de não contemplar as reivindicações econômicas dos trabalhadores, continua se negando a avançar no atendimento de pleitos de grande impacto para os trabalhadores, como o benefício educacional para os cursos de nível superior, a inclusão de pai e mãe na AMS, o adiantamento dos valores dos benefícios

conquistados na repactuação do Plano Petros, entre outros. A FUP reiterou que a proposta não contempla e cobrou uma nova rodada de negociação para sexta-feira, 10.

Trabalhadores da TBG – A FUP cobrou a participação na mesa de negociação da Gerência de RH da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) para discutir conjuntamente com as demais subsidiárias as reivindicações da categoria. A TBG é a única empresa do Sistema Petrobrás que ainda não negociou com os trabalhadores um Acordo Coletivo.

Repactuação do Plano Petros - A FUP voltou a ressaltar a necessidade da Petrobrás garantir o adiantamento dos valores dos benefícios conquistados na repactuação, caso o Termo Aditivo ao Acordo Coletivo seja fechado antes da implementação das mudanças no Regulamento do Plano Petros. A Federação tem ressaltado em todas as reuniões de negociação que o atraso na implementação dos benefícios conquistados pela Repactuação do Plano Petros é uma demanda econômica dos aposentados e pensionistas que deve ser resolvida imediatamente pela Petrobrás.

Reivindicações econômicas - Este ano, o que está sendo objeto de negociação com o Sistema Petrobrás é um Termo Aditivo ao atual Acordo Coletivo de Trabalho, que tem validade até agosto de 2009 para as cláusulas sociais. A pauta de reivindicações aprovada pelos trabalhadores cobra a reposição da inflação do período pelo ICV/Dieese (6,97%), aumento real de 5%, e reajuste do Auxílio Almoço pelo sub-item do ICV Alimentação Fora de Casa (12,87%).

Pendências - Além das reivindicações econômicas, a pauta aprovada pela categoria também cobra as pendências do Acordo Coletivo que ainda não foram atendidas pela Petrobrás: regime confinado de trabalho, auxílio ensino superior, inclusão de pai e mãe na AMS, avanço automático de níveis (conforme garantido no PCAC), aposentadoria especial, reenquadramento dos níveis dos trabalhadores anistiados por participação nas greves de 94 e 95, convênio para financiamento habitacional e Plano Petros 2 para os trabalhadores da Petrobrás Transporte.

Direção Colegiada da FUP